

SETÚBAL NO ACESSO AOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

**Os projetos, as consequências
e as alternativas para o
Distrito de Setúbal no acesso
aos fundos europeus**

**JSD DISTITAL DE
SETÚBAL - GABINETE DE
ESTUDOS**

distrital.jsd.setubal@gmail.com



“Setúbal no Acesso aos Fundos Comunitários”

*Os projetos, as consequências e as alternativas para o Distrito de Setúbal no
acesso aos fundos europeus*

JSD Distrital de Setúbal

Gabinete de Estudos

Abril 2019

Índice

Introdução	3
O Portugal 2020 no panorama nacional	4
1. O Impacto Económico dos Fundos Europeus – FFMS	4
2. Relatório Anual de Execução 2017 – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	5
3. Compete 2020 – Relatório de Execução 2017	7
4. Relatório de Execução Anual de 2017 do POSEUR	8
5. Programa Operacional Capital Humano – Relatório de Execução 2017	9
6. Programa Operacional de Assistência Técnica – Relatório Anual de Execução 2017	10
Os fundos europeus na Área Metropolitana de Lisboa	11
Os fundos europeus na Região do Alentejo	18
Os fundos europeus no Distrito de Setúbal	21
Conclusões	35
Referências	40
Glossário	41
Ficha Técnica	42

Introdução

A JSD Distrital de Setúbal tem como uma das suas prioridades máximas para o atual mandato a questão dos Fundos Europeus e do seu aproveitamento na região, uma vez que estes podem representar um fator potenciador do desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida dos jovens que aqui habitam.

Setúbal é um dos distritos mais pobres do país e uma das regiões com menor crescimento económico registado. Daqui advém uma taxa de desemprego superior à média nacional e um índice de envelhecimento que impede a renovação do tecido social.

Conscientes da realidade em que vivemos e querendo contribuir de forma séria para o desenvolvimento do nosso distrito e dos treze concelhos que o compõem, vemos nos Fundos Europeus o mecanismo de excelência para dinamizar a economia da região e para permitir uma melhoria das infraestruturas públicas que possam conduzir a uma maior fixação e atração de jovens e jovens casais.

Consideramos, à partida, que a inclusão dos concelhos da península de Setúbal na Área Metropolitana da Lisboa (uma das duas zonas do país consideradas altamente desenvolvidas) é prejudicial no que diz respeito ao acesso aos fundos, na medida em que a comparticipação europeia é inferior para estas zonas.

Desta forma, realizamos através do Gabinete de Estudos da JSD Distrital de Setúbal o estudo que aqui está plasmado para que possamos confirmar estatisticamente esta nossa consideração prévia e para que suportemos a proposta política que apresentaremos às mais altas instâncias políticas em dados factuais e não só em opiniões e considerações políticas.

O Portugal 2020 no panorama nacional

1. O Impacto Económico dos Fundos Europeus – FFMS

O crescimento económico, nomeadamente a convergência do rendimento per capita das regiões menos prósperas para a média de rendimento per capita da União Europeia estão explicitamente inscritos nos Objetivos da União. Há uma tendência crescente para responsabilizar os decisores europeus quanto á boa utilização dos fundos comuns, nomeadamente a necessidade de avaliar objetivamente e discutir de forma transparente os resultados concretos dos programas europeus. Os resultados mostram que os fundos tiveram no geral, um impacto positivo nos níveis de emprego a nível regional.

O acesso a Fundos Europeus pode ter um impacto na quantidade e qualidade de infraestruturas disponíveis, no nível de serviço oferecido pelos municípios assim, como, de outras formas, apoiar a decisão das empresas se instalarem num município ou nele encerrarem a atividade. O número de rubricas temáticas específicas a que um município acede pode ser um indicador da sofisticação institucional do município assim como da sua capacidade de diversificação e coordenação de políticas, passíveis de se refletir na atividade empresarial local. Basicamente, municípios com acesso a maior número de rubricas de fundos europeus demonstram capacidade institucional que se pode refletir num melhor contexto para o desenvolvimento das empresas privadas.

No QCA III a região alargada de Lisboa já estava incluída num perímetro de menos elegibilidade, com rendimentos per capita acima dos 75 por cento da média europeia. No período do QREN, a região mais próxima de Lisboa perdeu ainda mais elegibilidade, mas os municípios mais afastados dessa região foram administrativamente separados e, de facto, viram a sua elegibilidade aumentar – a elegibilidade da região de Setúbal diminui.

As rubricas de Fundos Europeus financeiramente mais relevantes são a Acessibilidade e Equipamentos, Ambiente, Capacitação Institucional, Ações Integradas de Base Territorial, Ações específicas de Base Territorial e Desporto.

Os empreendedores tendem a localizar os seus negócios perto da área de residência. Um melhor desempenho empresarial das empresas encontra-se associado, ao nível municipal, com uma maior intensidade de entradas de empresas, mas também uma maior intensidade de saídas. O acesso a um maior volume de fundos está negativamente correlacionado com o VAB e as Vendas médias das empresas dos municípios, mas positivamente correlacionada com a Rendabilidade dos Ativos.

Em resumo, o número de rubricas acedidas pelos municípios, talvez porque implica coordenação de diferentes fins complementares ou indicia maior sofisticação na gestão dos fundos, está associada a mais Entradas de Empresas, menos saídas e mais entradas líquidas. O montante de fundos acedido tende a estar mais fracamente associado com a dinâmica empresarial, sendo menos relevante na dissuasão da saída de empresas. Levando em linha de conta a variabilidade na amostra dos Fundos e das Rubricas acedidas o efeito das segundas parece sobrepujar o efeito dos primeiros.

Em termos líquidos, o acesso a fundos europeus, nos Fundos e número de rubricas usualmente mobilizadas, não tem impacto significativo no desemprego na maioria das regiões. A alteração da elegibilidade também não tem uma expressão quantitativa assinalável, sugerindo que o impacto do acesso aos programas europeus se faz mais pela dinâmica das empresas que pelo desemprego.

Assim, a ênfase das políticas públicas deve transitar dos meros montantes para a análise do conjunto de rubricas diferentes acedidas pelos municípios, uma vez que a diversidade e possível complementaridade destas últimas parece favorecer a dinâmica empresarial e diminuir o desemprego.

2. Relatório Anual de Execução 2017 – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

O PO ISE mobiliza atualmente uma dotação pública total de 2.564.601.118€ com os objetivos de:

- Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores.
- Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.

As medidas de promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego, bem como as de inclusão social e combate à pobreza e discriminação são exclusivas das regiões NUTS II de Portugal Continental – Norte, Centro e Alentejo (onde se inclui parte do Distrito de Setúbal. As Iniciativas de Emprego Jovem são transversais a todo o território.

Até ao final de 2017 foram submetidas 6.777 candidaturas as quais traduziram, no seu conjunto, um custo total solicitado de 3.219 M€. A autoridade de gestão do PO ISE aprovou 1.535 candidaturas que representam 1.209 M€ de despesa pública total.

Fig.1 – Dados financeiros Globais da aprovação e execução dos Programa Operacional Inclusão Social e Emprego



Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Em resumo, o PO ISE regista, em termos globais, uma taxa de compromisso de 48%, uma taxa de execução de 19%, uma taxa de realização de 40% e uma taxa de pagamento de 57%.

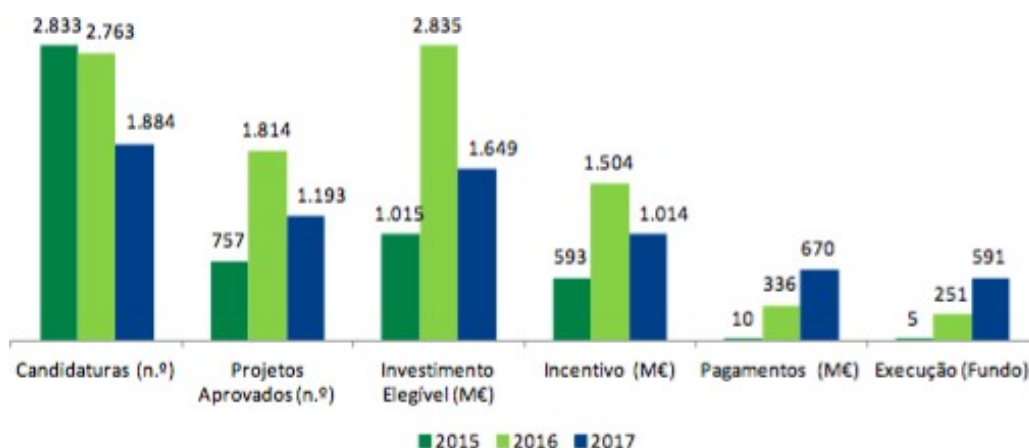
A autoridade de gestão do PO ISE considera fundamental reforçar a sua dotação de recursos humanos e equacionar uma revisão regulamentar que possibilite objetivar e simplificar determinadas regras e a carga burocrática que incide sobre, particularmente, sobre as verificações de gestão, o princípio de orientação para os resultados e a matéria de gestão do risco.

3. Compete 2020 – Relatório de Execução 2017

O Compete 2020 visa a melhoria da competitividade e a promoção da internacionalização da economia portuguesa, fixando-se o seu orçamento em 6,2 mil milhões de custo elegível.

Até ao final de 2017 recebeu cerca de 7.500 candidaturas e apoiou, com um incentivo superior a 3 mil M€, 3.764 projetos.

Fig.2 – Dados financeiros Globais da aprovação e execução do Compete 2020

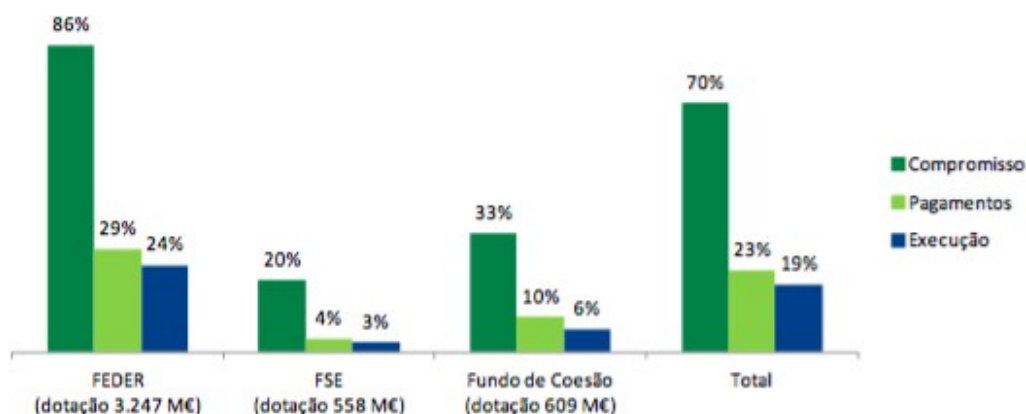


Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – Compete 2020

O maior esforço orçamental tem sido alocado ao reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação e ao reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto. A Indústria Transformadora é, de longe, o sector mais representativo.

Com o Compete 2020 nas empresas estima-se a criação de 24 mil postos de trabalho, o aumento do VAB em 52%, do volume de negócios em 38% e do volume de negócios internacional em 52%, entre o pré e pós projeto. Os apoios já concedidos correspondem a cerca de 70% da dotação do programa.

Fig.3 – Dados da execução do Compete 2020 por Fundo estrutural



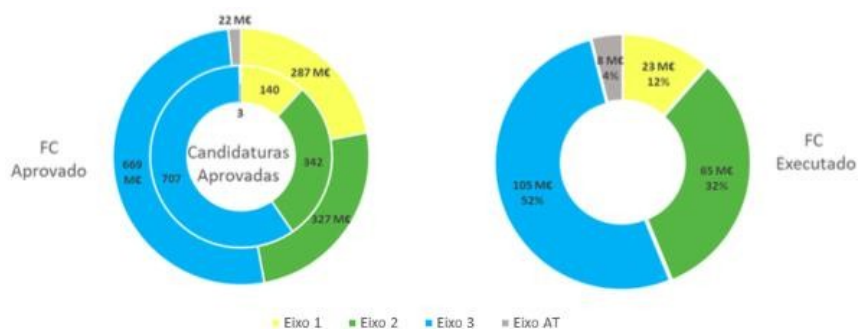
Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – Compete 2020

4. Relatório de Execução Anual de 2017 do POSEUR

O POSEUR é agregador de 2.252 milhões de euros de financiamento comunitário do Fundo de Coesão (FC). A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

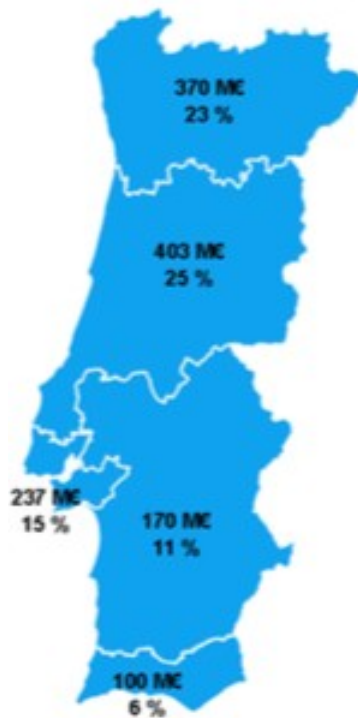
Os seus objetivos passam pela promoção de uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores, da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos e da proteção do ambiente e uso eficiente de recursos. A taxa de execução do POSEUR no final de 2017 era de 9%. A grande maioria dos financiamentos do POSEUR concentram-se nas Regiões Norte, Centro e Alentejo, com um total de 59%. A região da Grande Lisboa recebeu 237M€ (15%).

Fig.4 – Eixos de atuação do POSEUR



Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – POSEUR

Fig.5 – Distribuição territorial do POSEUR



Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – POSEUR

Apesar das taxas de compromisso do Fundo de Coesão já serem elevadas, continuam a existir problemas de execução, decorrentes essencialmente do exigente quadro legal em matéria de contratação pública e de autorizações orçamentais prévias, que atrasam o início da execução da generalidade dos projetos aprovados.

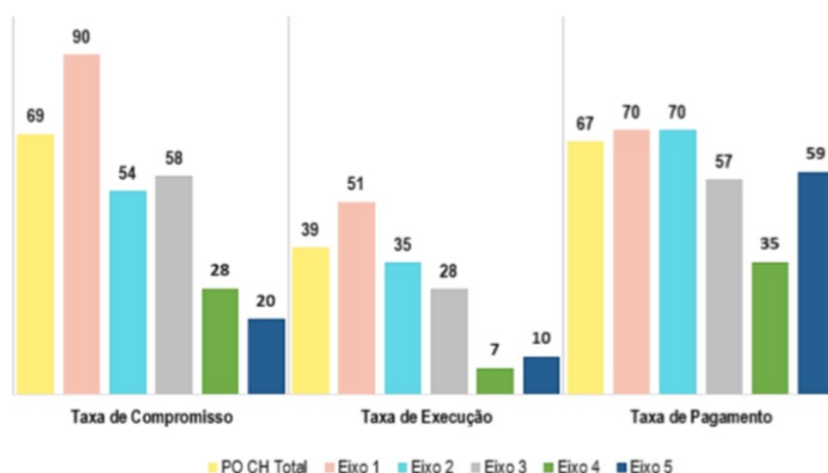
5. Programa Operacional Capital Humano – Relatório de Execução 2017

Incide sobre as regiões Norte, Centro e Alentejo, visando um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para a coesão económica, social e territorial do país, através do reforço das qualificações das pessoas.

Tem uma dotação global de 3.642 M€, distribuída pela Formação de Jovens (47%), Formação Superior e Avançada (30%), Aprendizagem ao longo da vida (16%) e Qualidade e Inovação (5%).

No final de 2017, tinha 2.516M€ aprovados, uma taxa de execução de 39% e 1.437M€ de pagamentos efetuados. Apoiaram-se até à data cerca de 319 mil participantes.

Fig.6 – Execução do PO CH por eixos de atuação



Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – PO CH

6. Programa Operacional de Assistência Técnica – Relatório Anual de Execução 2017

Abrange todo o território nacional com dotações diferenciadas conforme o grau de desenvolvimento da região.

Este programa visa garantir o funcionamento eficiente dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, monitorização e avaliação, assegurar o desenvolvimento do Sistema de Informação do Portugal 2020, certificar a adequada segurança dos sistemas de gestão e controlo e garantir uma ampla informação e comunicação do Portugal 2020 e dos FEEI. A dotação do programa é de 167.862.249€.

Até final de 2017 foram aprovadas 15 candidaturas envolvendo um financiamento total de 73.402.898€, o que representa uma taxa de compromisso de 43,73%. Já foram executados 27.141.213€, representando uma taxa de execução de 16,17% e uma taxa de realização de 36,98%.

Os fundos europeus na Área Metropolitana de Lisboa

A Região de Lisboa tem uma superfície de 2 962,4km (3% do território nacional), uma população estimada em 2 821 699 habitantes (Censos de 2011), correspondente a 28% do Continente e 27,7% da população portuguesa, compreendendo 18 concelhos (5,8% do total nacional) e 211 freguesias (5% do total nacional).

Fig. 7 - Concelhos que constituem a NUTS da Região de Lisboa

Município	Superfície (km²)	População (2011)	Densidade populacional (hab./km²)	Freguesias	Sub-região estatística
Alcochete	128,36	17 569	136,8	3	Península de Setúbal
Almada	70,21	174 030	2 478,7	11	Península de Setúbal
Amadora	23,79	175 136	7 361,7	11	Grande Lisboa
Barreiro	36,39	78 764	2 164,4	8	Península de Setúbal
Cascais	97,4	206 479	2 119,9	6	Grande Lisboa
Lisboa	100,1	489 562	5 474,6	24	Grande Lisboa
Loures	169,0	547 733	1 154	18	Grande Lisboa
Mafra	291,5	70 867	243	17	Grande Lisboa
Moita	54,6	71 596	1 311	6	Península de Setúbal
Montijo	340,5	41 432	122	8	Península de Setúbal
Odivelas	26,6	153 584	5 774	7	Grande Lisboa
Oeiras	45,8	172 021	3 756	10	Grande Lisboa
Palmela	465,9	62 820	135	5	Península de Setúbal
Seixal	95,7	175 837	1 837	6	Península de Setúbal
Sesimbra	195,7	52 371	268	3	Península de Setúbal
Setúbal	193,6	124 459	643	8	Península de Setúbal
Sintra	319,4	445 872	1 396	20	Grande Lisboa
Vila Franca de Xira	323,5	142 163	439	11	Grande Lisboa
Total	2 962,4	2 819 433	952	211	

A Região de Lisboa tem como principal ambição para o período de 2014 a 2020 dar continuidade à trajetória de desenvolvimento definida na matriz de 1986.

No contexto de elaboração do Plano de Acção Regional de Lisboa 2014-2020 e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) foi reequacionado o posicionamento estratégico da Região. Concluiu-se que a “Estratégia Regional Lisboa 2020”, elaborada no ano de 2007, mantinha a sua validade como referência geral. Todavia, até 2020, mostra-se importante:

- Uma maior focalização setorial, tendo em consideração a RIS3;
- Uma maior focalização territorial, definida pela Abordagem Integrada de Desenvolvimento Territorial;
- Uma nova focalização temática nos grandes desafios sociais e ambientais identificados a nível europeu e com maior expressão na Região, expressos pela evolução dos indicadores socioeconómicos e da evolução da economia mundial e europeia.

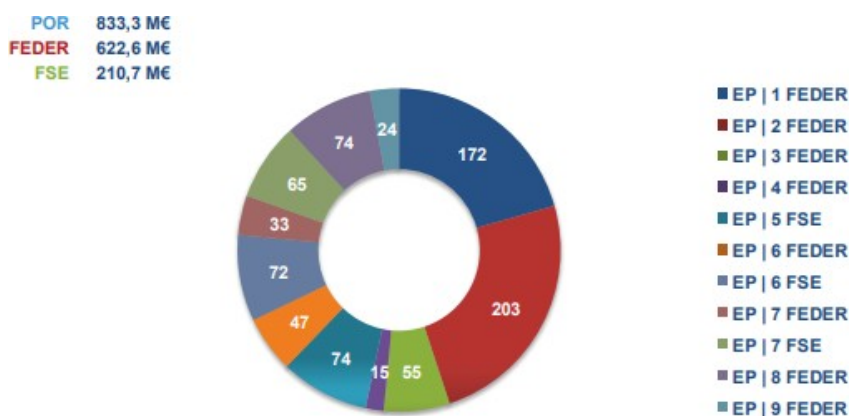
Com a execução destes planos é objetivo, para a Região de Lisboa, tornar a região mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Eixos Prioritários

- EP 1 – Reforçar a Investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- EP 2 – Reforçar a competitividade das PME
- EP 3 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- EP 4 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização efetiva dos recursos
- EP 5 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- EP 6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação
- EP 7 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida
- EP 8 – Desenvolvimento urbano sustentável
- EP 9 – Assistência Técnica

Investimento por eixo prioritário e por fundo, em m€

Fig. 8 – Distribuição de Fundos por Eixo



Execução global e por eixo prioritário – 2015

- Competitividade e Internacionalização

Abertura de 35 avisos, dos quais encerram 32, em que foram aprovadas 191 operações, com o montante de investimento elegível de 65,6M€, correspondente a 29,4M€ do incentivo FEDER, nas áreas da Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Qualificação e Internacionalização, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Apoio à Investigação Científica e Tecnológica.

- Instrumentos Financeiros

Aprovadas 3 candidaturas: 2 para a constituição de um Fundo de Capital e Quase Capital, correspondente a um investimento elegível total de 20M€ e a atribuição de um incentivo FEDER de 4M€; 1 para a constituição de um Fundo de Dívida e Garantias, correspondente a um investimento elegível de 10M€ e a atribuição de um incentivo FEDER de 4M€.

- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Capital Humano e Inclusão Social e Emprego

Estratégias inerentes às ações integradas de desenvolvimento territorial, concretamente, DLBC e reconhecimento dos respetivos GAL, e a aprovação do PCDT – AML, o concurso do PEDU, num total de 131,5M€ correspondente ao FEDER e 48M€ correspondente ao FSE.

- Reabilitação e Revitalização Urbana

Aprovada pelo Comité de Acompanhamento o quadro de funcionamento estabelecido, designado por IFRRU 2020, nos termos da RCM nº 52-A/2015, de 23 de julho.

- Eficiência energética

Aprovação da criação do Instrumento Financeiro IFE2020, através da ECM nº 57/2015, de 30 de julho, ficando a respetiva estratégia de investimento guardada para 2016.

- Âmbito territorial

Lançado o concurso CLDS, financiado pelo FSE, no valor total de 6,7M€.

- Ainda através do FSE

Lançamento de 4 avisos: 1 no “Apoio à contratação de adultos”, no valor de 4,1M€; 2 para os “Instrumentos específicos da proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica”, ocupando o valor de 0,3M€; 1 para “Cursos profissionais, atingindo o valor de 6,8M€.

Execução global e por eixo prioritário – 2016

Fig. 9 – Execução global por eixo prioritário

(unidade: mil €)

Eixo Prioritário	Fundo	Dotação de Fundo	Fundo comunitário a concurso	Custo total elegível aprovado	Fundo aprovado	Despesas declaradas pelos beneficiários à AG	Fundo validado	Pagamentos aos beneficiários	N.º de operações aprovadas
1	FEDER	171.711	140.500	71.880	28.843	609	301	2.590	190
2	FEDER	202.713	154.500	164.036	67.928	14.334	8.476	10.164	393
3	FEDER	55.000	11.280	0	0	0	0	0	0
4	FEDER	15.000	14.100	5.520	2.760	0	0	0	6
5	FSE	74.011	18.100	14.763	7.439	4.412	2.206	1.436	73
6	FEDER	47.000	26.550	7.663	3.832	504	252	152	4
6	FSE	72.000	35.150	39.115	19.558	2.990	1.495	6.530	42
7	FEDER	32.933	21.740	11.946	5.973	2.313	1.157	1.116	12
7	FSE	64.696	53.000	34.618	17.309	0	0	4.352	37
8	FEDER	74.000	91.500	41.142	11.832	2.048	1.024	19	14
9	FEDER	24.270	7.157	4.316	2.919	1.173	941	1.175	10
Total	FEDER	622.628	467.327	306.502	124.087	20.981	12.151	15.216	629
	FSE	210.707	106.250	88.496	44.305	7.402	3.701	12.319	152
	PO	833.335	573.577	394.999	168.392	28.383	15.852	27.535	781

- Competitividade e Internacionalização

Investigação Científica e Tecnológica: Apoio a 105 projetos das unidades de investigação de Lisboa, com um total de investimento elegível de 43,9M€ e um incentivo de 17,5M€;

Investigação e Desenvolvimento Tecnológico: Apoio a 5 projetos, com um total de investimento elegível de 27,9M€ e um incentivo de 11,3M€.

Empreendedorismo: Apoio a 27 novas empresas com um total de investimento elegível de 3,5M€.

Outros: Apoio à internacionalização que envolvem 226 empresas, apoio à qualificação e inovação produtiva das PME num total de 140 empresas, prevendo-se assim a criação de 3926 postos de trabalho.

- Estratégias Territoriais

Aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT-AML), bem como de 22 Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e 18 Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), dos quais se destaca, a título de exemplo:

No âmbito do património cultural, foram aprovadas operações que preveem um aumento estimado de 82.510 visitantes;

No âmbito da rede do pré-escolar e 1º ciclo, foram apoiadas infraestruturas com capacidade de acolhimento de 3.457 alunos;

10 Km de ciclovias novas;

80 Habitações reabilitadas em áreas urbanas de zonas desfavorecidas.

Execução global e por eixo prioritário – 2017

Fig. 10 – Execução global por eixo prioritário

(unid.: mil €)

Eixo Prioritário	Fundo	Custo total elegível aprovado	Fundo aprovado	Despesas declaradas pelos beneficiários à AG	Fundo validado	Pagamentos aos beneficiários	N.º de operações aprovadas
1	FEDER	153.024	61.134	20.947	8.543	7.928	273
2	FEDER	294.345	121.766	36.384	18.690	21.934	690
3	FEDER	0	0	0	0	0	0
4	FEDER	22.701	11.350	1.493	747	745	35
5	FSE	18.923	9.521	9.028	4.515	4.758	123
6	FEDER	60.609	30.304	29.963	14.981	12.907	18
	FSE	50.453	25.226	22.220	11.110	11.792	55
7	FEDER	45.513	22.756	10.673	5.336	5.220	83
	FSE	61.778	30.889	15.391	7.696	8.042	80
8	FEDER	90.097	36.309	12.229	7.236	7.055	113
9	FEDER	11.823	7.550	3.328	2.343	2.789	26
Total	FEDER	678.111	291.170	115.016	57.876	58.578	1.238
	FSE	131.154	65.637	46.639	23.320	24.592	258
	PO	809.265	356.807	161.655	81.196	83.170	1.496

- Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação

Foram plenamente executadas operações que afetaram 2.688.326 pessoas, quanto a serviços de saúde melhorados. Igualmente, foram aprovadas 17 operações, embora só 7 tenham sido executadas este ano, no que toca a equipamentos sociais e de saúde apoiados.

- Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida

Quanto à capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas, foram plenamente executadas medidas que afectaram 2.442 pessoas, e quanto às operações aprovadas o número eleva-se para 23.026 pessoas abrangidas.

- Desenvolvimento urbano sustentável

15,2 Km de vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono fazem parte das operações plenamente executadas, tendo o valor 85,4Km sido aprovado para execução futura, a título de exemplo do que foi feito nesta área.

Indicadores comuns de realização e execução efectiva, quanto ao FSE:

(unidade: n.º de participantes)

EP	PI	Indicador	Valor cumulativo		
			T	H	M
LISBOA-05	1	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	2.939	993	1.946
		Desempregados de longa duração (FSE)	704	237	467
		Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	55	25	30
		Com menos de 25 anos de idade (FSE)	6	2	4
		Com mais de 54 anos de idade	164	77	87
		Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	155	71	84

EP	PI	Indicador	Valor cumulativo		
			T	H	M
		Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	745	271	474
		Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	1.029	313	716
		Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	1.195	419	776
		Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	1.551	515	1.036
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	728	114	614
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	700	102	598
		Outros grupos desfavorecidos (FSE)	129	52	77
		Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	85	39	46
Total global de participantes			2.994	1.018	1.976
LISBOA-06	1	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	8.088	3.026	5.062
		Desempregados de longa duração (FSE)	1.571	740	831
		Inativos (FSE)	982	616	366
		Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	514	333	181
		Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	66	26	40
		Com menos de 25 anos de idade (FSE)	1.069	571	498
		Com mais de 54 anos de idade	1.238	587	651
		Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	1.224	579	645
		Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	6.215	2.772	3.443
		Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	1.880	480	1.400
		Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	510	99	411
		Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	4.033	1.679	2.354
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	2.922	1.088	1.834
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	3.079	1.111	1.968
		Participantes com deficiência (FSE)	1.824	1.093	731
		Outros grupos desfavorecidos (FSE)	376	193	183
		Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	63	25	38
Total global de participantes			9.136	3.668	5.468
LISBOA-07	4	Inativos (FSE)	4.944	2.891	2.053
		Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	421	270	151
		Com menos de 25 anos de idade (FSE)	4.941	2.890	2.051
		Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	4.658	2.664	1.994
		Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	288	229	59
		Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	828	482	346
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	628	443	185
		Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	1.256	767	489
		Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	91	43	48
Total global de participantes			4.944	2.891	2.053

Os fundos europeus na Região do Alentejo

O programa operacional (PO) regional do Alentejo 2020 para 2014/2020 foi aprovado com uma dotação global de 1 082,9M€, financiados pelo FEDER e pelo FSE (fundo social europeu), através dos seguintes valores e eixos prioritários:

Fig.11 – Valores e eixos prioritários da dotação global do PO Alentejo 2020

Eixos Prioritários		Total FEEI (M€)	FEDER (M€)	FSE (M€)
1	Competitividade e Internacionalização das PME	363,5	363,5	0
2	Ensino e Qualificação do Capital Humano	131,3	41,8	89,5
3	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	67,9	67,9	0
4	Desenvolvimento Urbano Sustentável	126,9	126,9	0
5	Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos	81,9	23,6	58,3
6	Coesão Social e Inclusão	109,4	76,7	32,7
7	Eficiência Energética e Mobilidade	102,9	102,9	0
8	Ambiente e Sustentabilidade	57,1	57,1	0
9	Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	11,3	7,1	4,2
10	Assistência Técnica	30,7	30,7	0
Total PO ALENTEJO2020		1.082,9	898,2	184,7

Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – PO Alentejo 2020

Cerca de 83% do financiamento adveio do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), um peso acima da média regional de Portugal continental. A competitividade e a internacionalização das PME foi vista como a prioridade da estratégia regional, como forma de modernizar o tecido empresarial do Alentejo e tornar o setor turístico mais competitivo.

As linhas estratégicas de desenvolvimento regional incorporam um conjunto de objetivos globais para a região no Horizonte 2020:

- Incrementar em 15% o valor do PIB Regional;
- Integrar em 2020 o grupo das regiões classificadas como “Innovation follower” (no âmbito do Regional Innovation ScoreBoard);
- Aumentar a percentagem de população, entre os 30 e os 34 anos, com ensino superior ou equiparado, tendo como objetivo atingir 40%;
- Reduzir o abandono escolar precoce, tendo como meta os 10% em 2020;
- Aumentar a percentagem de população adulta (25-64 anos) abrangida por ações de aprendizagem ao longo da vida – meta 10% em 2020;
- Atenuar em 10% as assimetrias territoriais, reduzindo o desvio do PIB por habitante;
- Diminuir a taxa de desemprego, passando de 16% em 2012 para 10% em 2020;

- Reduzir em 10% o consumo de energia elétrica doméstico, não doméstico (comércio e serviços) e público.

Nos dados da execução global do PO até ao fim de 2017 são analisadas 1356 candidaturas:

Fig.12 – Dados da execução do PO Alentejo 2020

Eixo Prioritário	Fundo	N.º operações aprovadas	Custo total elegível das operações apoiadas - M€	Fundo aprovado - M€
1 - Competitividade e internacionalização das PME	FEDER	697	307,0	179,5
2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano	FEDER	48	18,1	13,8
	FSE	40	25,3	21,5
3 - Investigação, desenvolvimento tecnológico e Inovação	FEDER	99	34,4	27,7
4 - Desenvolvimento urbano sustentável	FEDER	102	68,7	45,7
5 - Emprego e valorização económica de Recursos Endógenos	FEDER	22	5,2	2,8
	FSE	88	5,7	3,1
6 - Coesão Social e Inclusão	FEDER	40	23,2	18,9
	FSE	17	19,0	16,2
7 - Eficiência energética e Mobilidade	FEDER	18	6,4	5,5
8 - Ambiente e Sustentabilidade	FEDER	148	73,6	57,2
9 - Capacitação institucional e modernização administrativa	FEDER	15	7,0	5,9
	FSE	2	0,1	0,1
10 - Assistência Técnica	FEDER	20	14,6	12,9
Totais FEDER		1.209	558,2	369,7
Totais FSE		147	50,0	40,8
Totais PO		1.356	608,2	410,5

Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – PO Alentejo 2020

No que respeita à execução financeira do PO, a 31/12/2017 o fundo validado corresponde a 108,7 M€, do qual 87,6M€ corresponde ao FEDER. Relativamente ao FSE, só no decorrer de 2017 foram reunidas condições para iniciar o processo de validação de despesa, sendo de sublinhar o esforço da AG a esse nível permitindo atingir os 21,1 M€ de fundo validado no final do ano. A taxa de execução financeira global do PO situa-se nos 10%, sendo de 11,4% no caso do FSE e de 9,8% no FEDER.

O eixo 1 continua a ser aquele que evidencia maior dinamismo com um montante de despesa elegível executada próximo dos 67,4 M€, num universo de 141,4 M€ de despesa elegível executada no global do PO.

No que concerne aos pagamentos, o apoio pago dos FEEL aos beneficiários totalizou 116,2 M€, repartido entre 100M€ do FEDER e 16,2 M€ do FSE. Também neste contexto, se destaca o eixo 1 do PO com um montante do FEDER pago de 52,4M€.

Fig.13 – Indicadores de desempenho do PO Alentejo 2020

Eixo	PI	Indicador	Unidade de medida	Valor alvo (2018)	Valor alvo (2023)	Valor cumulativo - operações executadas
1	3.1	Novas empresas apoiadas	Empresas	38	153	47
2	10.5	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou e educação apoiadas	Pessoas	1.194	4.777	2.493
4	6.5	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	m²	57.553	230.212	66.902
6	9.1	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	n.º	3.837	6.396	9.516

Fonte: Relatório Anual de Execução 2017 – PO Alentejo 2020

Olhando para os quadros de desempenho da execução dos fundos europeus através do PO do Alentejo 2020, é de destacar a enorme superação dos objetivos alcançados para 2018, com especial relevância no eixo 2 e 6, através dos indicadores presentes na tabela. No entanto, os valores alvos para 2023 mantêm-se especialmente exigentes em todas as áreas de atuação, dado que a análise das expectativas que dizem respeito ao seu cumprimento só poderá ser feita possivelmente a partir de 2020, onde será possível verificar se a trajetória de crescimento do valor cumulativo das operações executadas se mantém.

Os fundos europeus no Distrito de Setúbal

O distrito de Setúbal tem vindo a apresentar cada vez mais, nos últimos anos, um elevadíssimo nível de desigualdade inter-regional, que divide o distrito entre a península de Setúbal, que para variadíssimos efeitos, goza da sua aproximação com a capital e insere-se na NUTS II da Grande Lisboa, e o sul do distrito, que se insere na NUTS II do Alentejo e apresenta maiores semelhanças com os distritos de Évora e Beja no nível de desenvolvimento económico e no seu património sociocultural.

Deste modo, os concelhos do Distrito de Setúbal que se inserem na NUTS II da Grande Lisboa são: *Almada, Sesimbra, Seixal, Setúbal, Barreiro, Moita, Palmela, Montijo e Alcochete*.

E os concelhos que se inserem na NUTS II do Alentejo são: *Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines*.

Neste documento, retiramos dados sobre os projetos aprovados nos concelhos da península de Setúbal (NUTS II Grande Lisboa), usando como fonte os dados públicos disponibilizados pelas autarquias. Mantendo o rigor técnico sobre as fontes utilizadas, o município de Alcochete é o único no qual não disponibiliza publicamente os seus dados sobre os projetos executados e cofinanciados por fundos europeus. Por consequente, este será retirado da tabela e da análise realizada pelo gabinete de estudos da JSD Distrital da Setúbal.

Na seguinte tabela, encontram-se todos os projetos (publicamente disponibilizados) cofinanciados por fundos europeus na península de Setúbal (exceto Alcochete) desde 2008 até à atualidade:

Código da operação	Fundo Europeu	Eixo prioritário do PO	Beneficiário	Operação	Comparticipação total	Objetivo temático	Data
POSEUR-03-2012-FC-000712	POSEUR		Município do Barreiro	EXTENSÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, NO SUBSISTEMA DA ETAR ZI AUTOEUROPA	817.246,67€		2016
POSEUR-03-2012-FC-000700	POSEUR		Município do Barreiro	EXTENSÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, NO SUBSISTEMA DA ETAR BARREIRO/MOITA	2.117.964,65€		2017
Conjunto de operações	FEDER		Município do Barreiro	Programa de Ação Parcerias para a Regeneração Urbana “Quinta da Mina e Cidade Sol –Cidade para Todos”	1.979.503,67€		2013
	FEDER		Município do Barreiro	Requalificação e Ampliação da Escola EB1 nº3 do Barreiro	800.000,00€		2017
	FEDER		Município do Barreiro	Ampliação da Escola Básica Fidalguinhos	170.000,00€		2017
	FEDER		Município do Barreiro	Requalificação da Escola Básica nº 8	100.000,00€		2017
	FEDER		Município do Barreiro	Eficiência Energética da Iluminação Pública e Semaforização no Barreiro	66.790,48€		2012
LISBOA-01-0527-FEDER-000896	FEDER		Município do Barreiro	SMART Barreiro – Serviços Municipais de Automatização da Rede de Transportes	70,712.00€		
POSEUR-01-1407-FC-000018	POSEUR			TCB 60 anos 60 autocarros	3.536.153,43€		2017
LISBOA-02-0741-FEDER-001119	FEDER		Município do Barreiro	Recuperação do Parque Infantil Professora Maria Machado	48.101,96€		
LISBOA-02-0741-FEDER-001121	FEDER		Município do Barreiro	Revitalização do Centro do Barreiro	188.704,00€		
LISBOA-02-0741-FEDER-001124	FEDER		Município do Barreiro	Requalificação da envolvente ao Mercado e Piscina do Lavradio	119.398,27€		
LISBOA-02-0741-FEDER-001129	FEDER		Município do Barreiro	Requalificação do Parque Infantil da Cidade Sol	14.731,61€		
LISBOA-02-0741-FEDER-000935	FEDER		Município do Barreiro	Prolongamento do Passeio Augusto Cabrita	96.981,84€		
LISBOA-02-0741-FEDER-000937	FEDER		Município do Barreiro	Reabilitação da Piscina Municipal do Barreiro	111.120,75€		

LISBOA -06-4538-FSE-000011	FSE		Município da Moita	Moita (Con)vivencial(l)dades	70.724,64€		2018
POSEUR - 03-2012 - FC-000219	POSEUR		Município da Moita	Infraestruturas de águas residuais domésticas do Penteado	308.436,38€		
LISBOA -07-5673-FEDER -000001	FEDER		Município da Moita	Ampliação da escola EB1/JI n.º 2 Alhos Vedros	330.000,00€		2016
LISBOA-08-4943-FEDER-000012	FEDER		Município da Moita	Requalificação do Polidesportivo 25 de Abril, Av.ª Almada Negreiros	50.274,21€		2016
LISBOA -07-5673-FEDER-27	FEDER		Município da Moita	Requalificação das Infraestruturas de educação da EB da Moita	93.554,61€		2017
LISBOA -07-5673-FEDER-28	FEDER		Município da Moita	Requalificação das Infraestruturas de educação da EB N.º 5 da Baixa da Banheira	66.408,86€		2017
LISBOA -04-2114-FEDER-18	FEDER		Município da Moita	Parque Hortícola do Vale da Amoreira	80.937,71€		2017
LISBOA-04-2114-FEDER-31	FEDER		Município da Moita	Valorização do património ribeirinho e promoção do cluster da náutica de recreio	212.320,80€		2017
LISBOA-08-1406-FEDER-000046	FEDER		Município da Moita	Requalificação do Parque de Estacionamento Complementar ao Interface Rodoferroviário da Moita	99.289,86€		2018
LISBOA-08-1406-FEDER-000039	FEDER		Município da Moita	Criação de Via Cicável e Pedonal entre a Rua D. Manuel I e a Rotunda do Carvalhinho	82.356,62€		2018
LISBOA -07-5673-FEDER-29	FEDER		Município da Moita	Requalificação das Infraestruturas de educação da EB N.º 1 do Vale da Amoreira	103.793,21€		2017
LISBOA -07-5673-FEDER-43	FEDER		Município da Moita	Requalificação das Infraestruturas de educação da EB N.º 2 da Moita	105.388,86€		2017
LISBOA-08-2316-FEDER-000019	FEDER		Município de Montijo	“Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho”	102.457,93€		2017
LISBOA-07-5673-FEDER-000012	FEDER		Município de Montijo	“Reabilitação da Escola EB n.º 3 Luís de Camões”	98.309,97€		2017
LISBOA-07-5266-FSE-000051	FSE		Município de Montijo	“CRIA – Centro de Recursos para a Infância e Adolescência”	229.871,11€		2017

LISBOA-08-2316-FEDER-000010	FEDER		Município de Montijo	“Reabilitação da Ermida de Santo António da Quinta do Pátio D'Água”	79.993,99€		2017
LISBOA-03-0944-FEDER-000953	FEDER		Município de Montijo	Adaptação de Edifício Devoluto para Jardim de Infância no Alto Estanqueiro	184.585,77 €		2009
LISBOA-02-0741-FEDER-000945	FEDER		Município de Montijo	Requalificação da Rua Miguel Pais - Cais dos Vapores	56.536,03€		2014
LISBOA-02-0741-FEDER-000916	FEDER		Município de Montijo	Reabilitação do Mercado Municipal do Montijo	443.300,41€		2013
LISBOA-02-0741-FEDER-001104	FEDER		Município de Montijo	Requalificação da Praça da Liberdade e Avenida 5 de Outubro - Sarilhos Grandes	210.371,59€		2008
LISBOA-02-0741-FEDER-001097	FEDER		Município de Montijo	Reabilitação e Restauro da Ermida de S. Sebastião e Edifícios anexo	101.316,39€		2009
LISBOA-02-0741-FEDER-001094	FEDER		Município de Montijo	Construção de Edifício do Rancho Folclórico de Danças e Cantares do Afonsoeiro	272.051,40€		2009
	FEDER		Município de Montijo	Requalificação e Dinamização da Frente Ribeirinha da Cidade do Montijo	465.866,55€		Anterior 2010
	FEDER		Município de Montijo	Gestão Integrada do Relacionamento com o Cidadão e Empresas	63.894,83€		Anterior 2010
	FEDER		Município de Montijo	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	6.336,00€		Anterior 2010
	FEDER		Município de Montijo	Ampliação e Requalificação da EB1/JI do Afonsoeiro	204.773,16€		Anterior 2010
	FEDER		Município de Montijo	Ampliação da EB1 N.º2 do Montijo - B.º do Mouco	155.842,53€		Anterior 2010
	FEDER		Município de Palmela	ALMENARA	154.195,08€		2017
	FEDER		Município de Palmela	Ampliação e Requalificação da EB Aires	213.910,735		2017
	FEDER		Município de Palmela	M3. Ligação Intermodal Pinhal Novo	85.375,355		2015
	POSEUR		Município de Palmela	Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas Encostas do castelo de Palmela	2.465.938,23		2016
	FEDER		Município de Palmela	PRARRÁBIDA	375.506,32€		2016
	FEDER		Município de Palmela	Ampliação e Requalificação da EB Águas de Moura 1	270.000,00€		2016

	FEDER		Município de Palmela	Ampliação e Requalificação da EB António Matos	338.677,20€		2016
	FEDER		Município de Palmela	Ampliação e Requalificação da EB de Cabanas	189.925,00€		2016
	FEDER		Município de Palmela	Unidade de Saúde Familiar (USF) do Pinhal Novo	550.975,00€		2016
	FEDER		Município de Palmela	Requalificação da Rua Serpa Pinto	150.000,00€		2016
	FEDER		Município de Palmela	Requalificação do edifício sede da ACR de Fernando Pó	89.337,675€		2017
	FEDER		Município de Palmela	Soluções de Transporte Flexível em Território Periurbano	70.768,00€		2017
	FEDER		Município de Palmela	Requalificação do Salão Nobre dos Paços de Concelho	87.593,47€		2017
	FEDER		Município de Palmela	CICLOP7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal – Concelho de Palmela	175.000,00€		2016
	FEDER		Município de Palmela	HUB10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial – Concelho de Palmela	266.656,79€		2017
	FEDER		Município de Palmela	Requalificação da baixa e zona comercial de Águas de Moura e ligação EN5	56.000,00€		2017
	FEDER		Município de Palmela	Requalificação do antigo edifício PAL	144.644,15€		2017
	FEDER		Município de Palmela	Requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão	257.531,64€		2017
	FEDER		Município de Palmela	ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE do Concelho de Palmela	379.845,92€		2019
	FSE		Município de Palmela	PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa	192.005,94€		2018
LISBOA-06-4740-FSE-000004	FSE	LISBOA-06	Município de Almada	Custos operacionais para a gestão da execução da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária	74.670,09€		
LISBOA-08-2316-FEDER-000016	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Regeneração e Fixação de Atividades no Caramujo/Romeira	213.339,28€	06	
LISBOA-08-4943-FEDER-000033	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Reabilitação do Bairro Amarelo em Almada	500.000,00€	09	
LISBOA-08-4943-FEDER-000028	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Dinamização do Presídio da Trafaria - 1a Fase	131.560,80€	09	

LISBOA-09-6177-FEDER-000022	FEDER	LISBOA-09	Município de Almada	ENVOL20 Almada_DLBC URBANO	25.000,00€	013	
LISBOA-07-5266-FSE-000055	FSE	LISBOA-07	Município de Almada	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	483.401,00€	10	
LISBOA-06-4232-FSE-000001	FSE	LISBOA-06	Município de Almada	Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)	217.350,00€	09	
LISBOA-08-1406-FEDER-000011	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Reafectar espaço canal da Ex-EN377 para os modos suaves, através da requalificação funcional e reperfilamento da via	242.896,02€	04	
LISBOA-08-4943-FEDER-000034	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Criação de Espaços Comunitários nos Bairros das Terras da Costa e Madame Faber/Torrões	105.304,15€	09	
LISBOA-07-5571-FSE-000009	FSE	LISBOA-07	Município de Almada	Cursos Profissionais - LISBOA	213.279,70€	10	
LISBOA-04-2114-FEDER-000024	FEDER	LISBOA-04	Município de Almada	Cacilhas-Tejo: Centro de Interpretação, Salgas Romanas, Navios Históricos da Marinha e Circuito Turístico (1a Fase)	684.156,96€	06	
LISBOA-07-5673-FEDER-000026	FEDER	LISBOA-07	Município de Almada	Reestruturação e Ampliação da EB Laranjeiro no1	188.050,50€	10	
LISBOA-07-5571-FSE-000037	FSE	LISBOA-07	Município de Almada	Cursos Profissionais - LISBOA	650.545,60€	10	
LISBOA-07-5673-FEDER-000034	FEDER	LISBOA-07	Município de Almada	Reestruturação e Ampliação da EB D. António da Costa	83.778,28€	10	
LISBOA-08-4943-FEDER-000032	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Espaços Exteriores em Bairros de Habitação Social Municipal	175.414,40€	09	
LISBOA-08-1406-FEDER-000021	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Criação do serviço de mobilidade inclusiva "Circuito da Saúde" de Almada	40.482,67€	04	

LISBOA-07-5673-FEDER-000038	FEDER	LISBOA-07	Município de Almada	Reestruturação e Ampliação da EB Maria Rosa Colaço	527.520,78€	10	
LISBOA-07-5673-FEDER-000010	FEDER	LISBOA-07	Município de Almada	Substituição de Coberturas de Fibrocimento com Amianto por Chapa Lacada com Isolamento Térmico em 10 Escolas do Ensino Básico e 1 Jardim de Infância	305.827,05€	10	
LISBOA-08-4943-FEDER-000036	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Reabilitação de Edifícios de Habitação Social.	245.524,65€	09	
LISBOA-06-4229-FSE-000011	FSE	LISBOA-06	Município de Almada	Qualificação - Pessoas com deficiência e ou incapacidade	364.617,73€	09	
LISBOA-08-2316-FEDER-000015	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Requalificação do Núcleo Histórico da Cova da Piedade	220.695,81€	06	
LISBOA-07-5571-FSE-000032	FSE	LISBOA-07	Município de Almada	Cursos Profissionais - LISBOA	430.028,34€	10	
LISBOA-08-2316-FEDER-000016	FEDER	LISBOA-08	Município de Almada	Regeneração e Fixação de Atividades no Caramujo/Romeira	213.339,28€	06	
LISBOA-08-4943-FEDER-000043	FEDER	LISBOA-08	Município do Seixal	Reabilitação do Espaço Público e Equipamentos do Bairro Social Municipal da Quinta da Cucena	264.175,41€	09	
LISBOA-08-2316-FEDER-000009	FEDER	LISBOA-08	Município do Seixal	Qualificar o Espaço Público entre o Plano Edificado e o Plano de Água da Baía do Seixal - Área de Reabilitação Urbana de Seixal	421.400,00€	06	
LISBOA-07-5266-FSE-000052	FSE	LISBOA-07	Município do Seixal	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	499.277,40€	10	
LISBOA-08-2316-FEDER-000003	FEDER	LISBOA-08	Município do Seixal	Reabilitar Edifícios de Utilização Coletiva e Requalificar o Espaço Público Envolvente - Área de Reabilitação Urbana de Amora	63.734,00€	06	
LISBOA-04-2114-FEDER-000001	FEDER	LISBOA-04	Município do Seixal	Núcleo da Náutica de Recreio de Amora	50.769,06€	06	
LISBOA-04-2114-FEDER-000033	FEDER	LISBOA-04	Município do Seixal	Parque Urbano do Miratejo (Parque Urbano do Rouxinol)	292.530,58€	06	

LISBOA-04-2114-FEDER-000010	FEDER	LISBOA-04	Município do Seixal	Parque Urbano do Seixal - Rede Ecológica Metropolitana de Valorização da Natureza, da Biodiversidade, Recreio e Lazer (Zona Verde do Seixal)	205.930,65€	06	
LISBOA-07-5673-FEDER-000020	FEDER	LISBOA-07	Município do Seixal	Ampliação da EB1/JI da Quinta de Santo António	448.517,99€	10	
LISBOA-07-5673-FEDER-000022	FEDER	LISBOA-07	Município do Seixal	Ampliação e Requalificação da EB1/JI da Aldeia de Paio Pires	390.740,95€	10	
LISBOA-08-4943-FEDER-000042	FEDER	LISBOA-08	Município do Seixal	Reabilitação dos Edifícios de Habitação Social do Bairro Social Municipal de Vale Milhaços	79.248,82€	09	
LISBOA-06-4740-FSE-000003	FSE	LISBOA-06	Município de Setúbal	Custos operacionais para a gestão da execução da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária	134.454,86€	09	
LISBOA-01-0145-FEDER-023838	FEDER	LISBOA-01	Município de Setúbal	OSTRAQUAL :: Valorização e promoção da qualidade das ostras de aquacultura na região do Sado e Mira	37.470,89€	01	
LISBOA-08-1406-FEDER-000023	FEDER	LISBOA-08	Município de Setúbal	PAMUS 01 – Interface de Setúbal	1.125.000,00€	04	
LISBOA-06-4842-FEDER-000020	FEDER	LISBOA-06	Município de Setúbal	Plano integrado de aquisição de equipamentos de tecnologia avançada CHS	620.157,30€	09	
LISBOA-02-0853-FEDER-004679	FEDER	LISBOA-02	Município de Setúbal	Implementação da Qualidade na MCS	13.875,00€	03	
LISBOA-07-5571-FSE-000027	FSE	LISBOA-07	Município de Setúbal	Cursos Profissionais - LISBOA	433.616,71€	10	
LISBOA-01-0145-FEDER-024135	FEDER	LISBOA-01	Município de Setúbal	DECIDE :: Plataforma de Apoio à Decisão Multicritério na Gestão Patrimonial de Infraestruturas de Água	49.376,69€	01	
LISBOA-01-0145-FEDER-023439	FEDER	LISBOA-01	Município de Setúbal	SPLIT :: Tratamento estratificado para indivíduos com dor lombar nos cuidados de saúde primários	57.863,40€	01	

LISBOA-07-5673-FEDER-000062	FEDER	LISBOA-07	MUNICIPIO DE SETUBAL	Requalificação do Parque Escolar - 4a Fase - EB no4 de Setúbal	25.426,47€	10	
LISBOA-08-1406-FEDER-000022	FEDER	LISBOA-08	Município de Setúbal	PAMUS 04 - HUB10 - Plataforma Humanizada de Conexão Territorial - Concelho de Setúbal	231.737,00€	04	
LISBOA-07-5571-FSE-000043	FSE	LISBOA-07	Município de Setúbal	Cursos Profissionais - LISBOA	654.495,00€	10	
LISBOA-07-5571-FSE-000011	FSE	LISBOA-07	Município de Setúbal	Cursos Profissionais - LISBOA	208.730,60€	10	
LISBOA-07-5674-FEDER-000008	FEDER	LISBOA-07	Município de Setúbal	EQUIPS4INOV - Equipamentos pedagógicos para um ensino baseado na prática e na inovação	406.453,29€	10	
LISBOA-02-0651-FEDER-004675	FEDER	LISBOA-02	Município de Setúbal	Empreendedorismo Qualificado para a MCS - Elaboração de Plano de Negócios	7.500,00 €	03	
LISBOA-06-4229-FSE-000015	FSE	LISBOA-06	Município de Setúbal	Qualificação - Pessoas com deficiência e ou incapacidade	371.556,29€	09	
LISBOA-08-1406-FEDER-000033	FEDER	LISBOA-08	Município de Sesimbra	Ação 8. Santana - Sesimbra CICLOP 7 - Sesimbra	39.105,31€	04	
LISBOA-08-4943-FEDER-000009	FEDER	LISBOA-08	Município de Sesimbra	Reabilitação de áreas disfuncionais para habitação social no bairro Infante D. Henrique	60.000,00€	09	
LISBOA-08-1406-FEDER-000026	FEDER	LISBOA-08	Município de Sesimbra	Ação 1. Alfarim - Caixas CICLOP 7 - Sesimbra	182.107,47€	04	
LISBOA-07-5266-FSE-000056	FSE	LISBOA-07	Município de Sesimbra	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	374.588,51€	10	

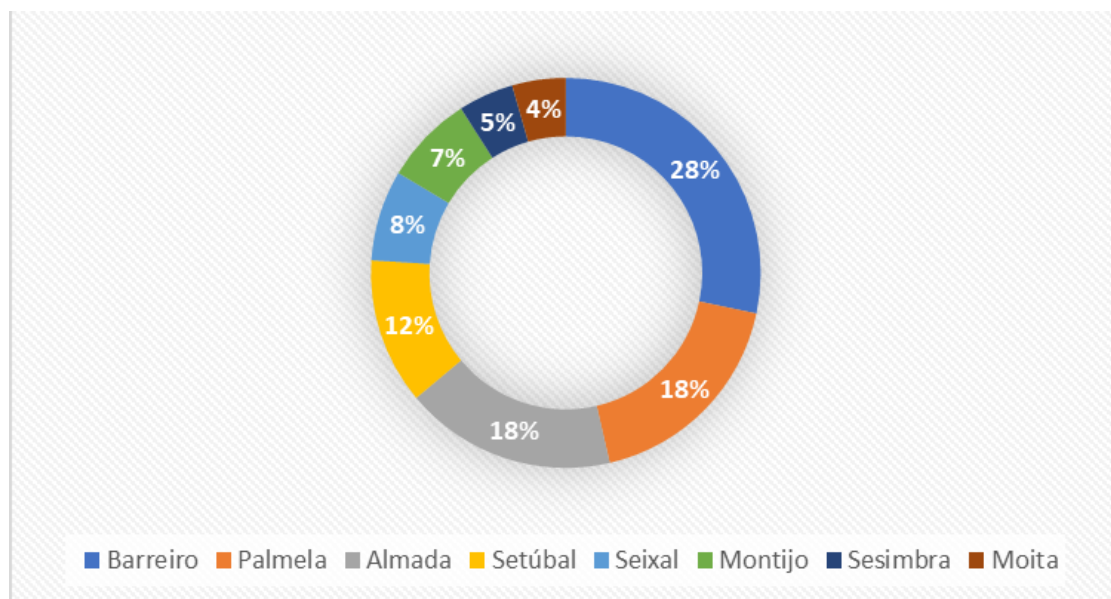
LISBOA-07-5673-FEDER-000066	FEDER	LISBOA-07	Município de Sesimbra	Ampliação das infraestruturas do Ensino Pré-Escolar e Básico na Quinta do Conde EB 2 Quinta do Conde	618.676,87€	10	
LISBOA-08-1406-FEDER-000034	FEDER	LISBOA-08	Município de Sesimbra	Ação 9. Sesimbra CICLOP 7 - Sesimbra	86.500,00€	04	
LISBOA-08-1406-FEDER-000032	FEDER	LISBOA-08	Município de Sesimbra	Ação 7. Maçã-Santana CICLOP 7 - Sesimbra	106.092,31€	04	
LISBOA-08-1406-FEDER-000028	FEDER	LISBOA-08	Município de Sesimbra	Ação 3. Sampaio CICLOP 7 - Sesimbra	126.881,22€	04	
LISBOA-04-2114-FEDER-000015	FEDER	LISBOA-04	Município de Sesimbra	PRARRÁBIDA – Conservação, valorização e promoção do património da Arrábida CAFA - Castelos e Fortificações da Arrábida	65.006,80€	06	

Analisando a seguinte tabela, o gabinete de estudos recolheu os seguintes dados que permite fazer uma análise intrarregional da execução dos fundos estruturais europeus.

Fig. 14 – Valores da execução dos fundos europeus - por município

Município	Valor total cofinanciado pelos projetos executados	Número de projetos cofinanciados
Barreiro	10 236 698,04 €	15
Palmela	6 513 886,51 €	20
Almada	6 336 783,09 €	23
Setúbal	4 377 713,50 €	15
Seixal	2 716 324,86 €	10
Montijo	2 675 507,66 €	15
Sesimbra	1 658 958,49 €	9
Moita	1 603 485,76 €	12
Total	36 119 357,91 €	119

Fig. 15 – Repartição percentual dos valores de cofinanciamento – por município

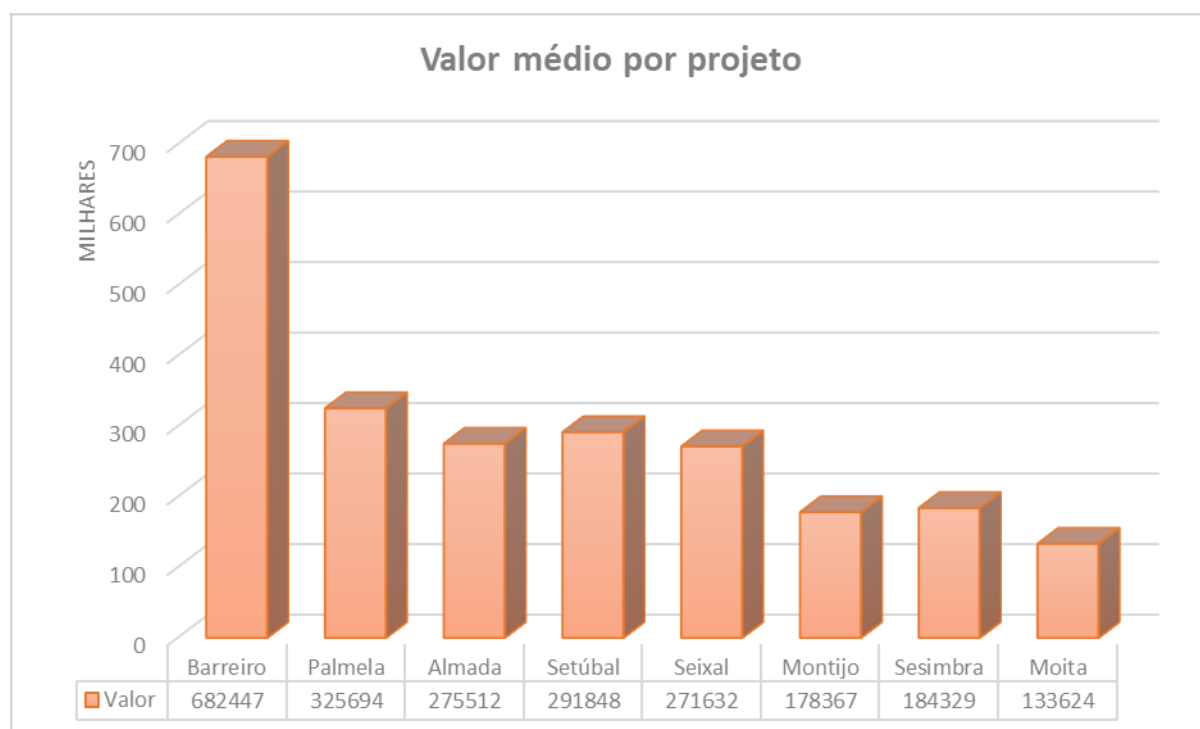


Fonte: Gabinete de Estudos – JSD Distrital Setúbal

Existe uma enorme disparidade de valores entre os vários municípios que compõem a península de Setúbal. O município do Barreiro e da Moita, que dispõem de uma enorme proximidade geográfica e dimensão populacional semelhante (entre 60 a 80mil habitantes) apresentam uma distribuição muito pouco igualitária de cofinanciamento, com o Barreiro (município que mais beneficiou de financiamento europeu) a usufruir de mais de 10.2M€ e a Moita (município que menos beneficiou de financiamento europeu) a usufruir de apenas 1.6M€.

Ao total, a península de Setúbal recebeu cerca de 36.1M€ de financiamento europeu nos últimos 10 anos. O valor médio situa-se nos 4.5M€ por município ao desde 2008 até á atualidade, ou seja, perto de meio milhão por ano, por autarquia. Foram cofinanciados um total de 119 projetos.

Fig. 16 – Valor médio por projeto cofinanciado – por município



Fonte: Gabinete de Estudos – JSD Distrital Setúbal

Analisando o valor médio por projeto, consegue-se observar uma redução da disparidade de valores. Excluindo o caso do Barreiro, que beneficiou de 2 projetos relacionados com a rede de águas e saneamento subterrâneo cofinanciados em cerca de 4M€ pelo POSEUR, existe um reduzido desvio à média de cerca de 303mil€ por projeto cofinanciado, mas principalmente à média de cerca de 237mil€ por projeto que se obtém retirando o município do Barreiro.

Os concelhos da Moita e de Sesimbra são destacadamente os que menos usufruíram nos últimos anos de fundos europeus. No caso da Moita foram aprovadas 12 candidaturas, e no caso de Sesimbra apenas 9 (valor mais baixo da península de Setúbal).

Os concelhos de Almada e Palmela são dos que mais viram os seus projetos cofinanciados (apenas atrás do Barreiro), e os que detêm o maior número de candidaturas aprovadas (23 e 20), respetivamente. Os dados relativos à execução dos fundos estruturais europeus nestes dois concelhos são muito idênticos, só divergindo no valor médio por projeto aprovado, onde Palmela se situa ligeiramente acima, em

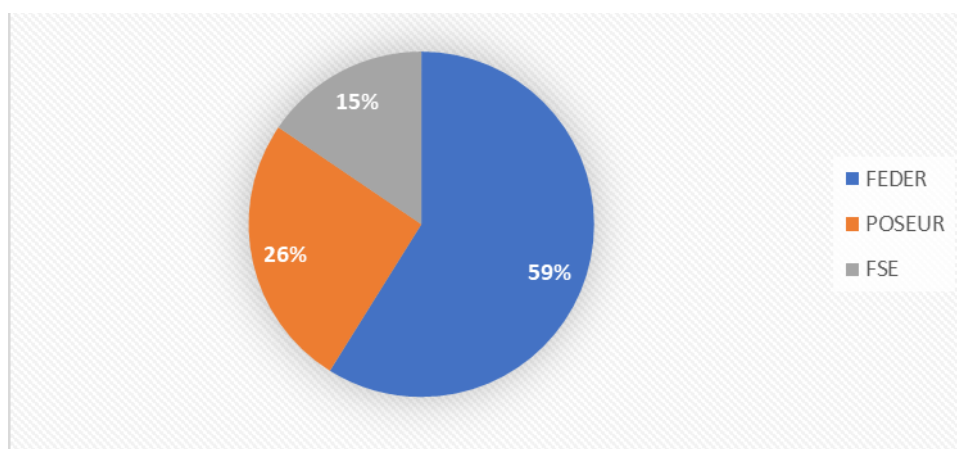
parte devido ao projeto de intervenção de natureza estrutural no Castelo de Palmela (de modo a prevenir eventuais derrocadas), financiado pelo POSEUR.

Fig. 17 – Valores financeiros globais cofinanciamento da península de Setúbal – por fundo estrutural

Fundo Europeu	Valor	Número de projetos cofinanciados	Valor Médio por projeto
FEDER	21 270 405,03 €	97	219 282,53 €
POSEUR	9 245 739,36 €	5	1 849 147,87 €
FSE	5 603 213,52 €	17	329 600,80 €
Total	36 119 357,91 €	119	303 524,02 €

Fonte: Gabinete de Estudos – JSD Distrital Setúbal

Fig. 18 – Valores financeiros (percentuais) cofinanciamento da península de Setúbal – por fundo estrutural



Fonte: Gabinete de Estudos – JSD Distrital Setúbal

Como é possível observar, o FEDER é de longe o fundo estrutural europeu que mais financiou os projetos do distrito de Setúbal nos últimos anos (cerca de 21.2M€, correspondente a 59% do valor total), auxiliando a execução de 97 dos 119 projetos.

No entanto, o FEDER não está usualmente ligado aos projetos de maior complexidade de intervenção, que usufruem de elevados valores de cofinanciamento, sendo por isso,

dos 3 que financiaram a península de Setúbal desde 2008, o que regista o valor médio por projeto menos elevado (cerca de 219mil€).

No sentido inverso, o POSEUR apenas está ligado á execução de 5 projetos, mas regista um valor médio de cerca de 1.8M€ em cada uma das candidaturas, tornando-se o 2º fundo estrutural europeu que mais financia a península de Setúbal (cerca de 9.2M€, correspondente a 26% do valor total), ultrapassando assim o FSE (Fundo Social Europeu).

Conclusões

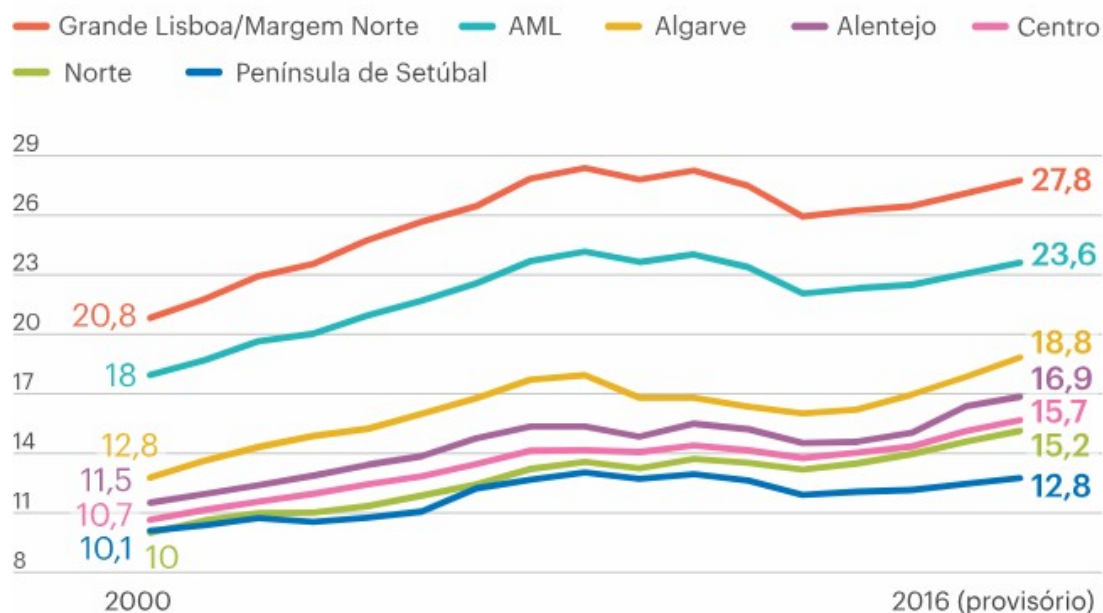
O Portugal 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial nos quais Portugal participará a par com outros Estados membros.

Dos 119 projetos cofinanciados por fundos europeus na península de Setúbal (com um valor total de financiamento de cerca de 36.1M€), 97 deles usufruíram de financiamento do FEDER através do programa operacional regional Lisboa 2020, representando uma 59% do valor total financiado. Deste modo, é possível observar o elevado nível de dependência que a execução dos fundos europeus nos municípios da península de Setúbal tem das suas candidaturas através do Lisboa 2020.

Assim sendo, é de realçar a ligação entre a competitividade das candidaturas destes municípios no total dos municípios da Grande Lisboa, e os valores de execução e de cofinanciamento dos projetos da península de Setúbal.

O POSEUR é o fundo europeu que apresenta os maiores valores de financiamento médio por projeto aprovado na península de Setúbal (cerca de 1.8M€), sendo por isso crucial ao desenvolvimento regional, tanto no âmbito económico como da sustentabilidade. No entanto, a região da Grande Lisboa, que representa quase 30% do total da população portuguesa, apenas usufruiu 15% (cerca de 237M€) do valor total de execução do POSEUR, em contraste com a região do Alentejo, que representando apenas 7% do total da população portuguesa, usufruiu 11% (cerca de 170M€).

Fig. 19 – Evolução do PIB *per capita* (milhares) nas várias NUT II



Nos últimos anos, a península de Setúbal não tem acompanhado o grau de desenvolvimento nacional e europeu, e tem por isso se afastado do processo de convergência e coesão em vários indicadores. O distrito de Setúbal é o 4º mais pobre do país (tendo em conta o PIB per capita, correspondente a 55% da média europeia). A área metropolitana de Lisboa é tida como a região mais desenvolvida do país, com um PIB per capita de 23.6mil€ (dados de 2016 – Eurostat). Esta apresentou um crescimento económico de 31% desde a viragem do século.

Fig. 20 – Ordenação do PIB per capita (por NUTS III)

Ordenação decrescente do PIB pc (2016)											
Posição	NUTS III	Pib pc	Posição	NUTS III	Pib pc	Posição	NUTS III	Pib pc	Posição	NUTS III	Pib pc
1	MargN	27,8	8	Baixo Alentejo	16,9	15	Médio Tejo	15,1	22	Alto Minho	13,7
2	Alentejo Litoral	26,3	9	AMP	16,9	16	Lezíria do Tejo	15,1	23	Douro	13,1
3	AML	23,6	10	Beira Baixa	16,4	17	Oeste	14,8	24	PSet	12,77
4	Algarve	18,8	11	Região Coimbra	16,2	18	Cávado	14,5	25	Beiras eS. Estrela	12,4
5	Região de Leiria	18,1	12	R.A.dos Açores	16	19	Trás-os Montes	14,3	26	Alto Tâmega	11,9
6	Região Aveiro	17,5	13	Alentejo Central	15,7	20	Alto Alentejo	14,1	27	Tâmega e Sousa	11,2
7	R. A. da Madeira	17	14	Ave	15,3	21	Viseu Dão Lafões	13,9			

Fonte: “NUTS Península de Setúbal: Caminho para o desenvolvimento”

No entanto, dentro da NUTS II da Grande Lisboa é possível observar NUTS III com grandes assimetrias, como é o caso da península de Setúbal. O PIB per capita na península de Setúbal é de apenas 12.8mil€, resultado de um crescimento económico de 26% desde 2000, e é a 4ª NUTS III mais pobre do país. Observando apenas a NUTS III correspondente à margem norte de Lisboa, este valor ascende a 27.8mil€, resultante de um crescimento económico de 34%. Com uma população correspondente a 28% do total da Área Metropolitana de Lisboa, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas da península de Setúbal representa apenas 7% do VAB total das empresas da AML.

Fig. 21 – VAB das empresas per capita

2016 - VAB DAS EMPRESAS PER CAPITA (POPULAÇÃO RESIDENTE) - (€)									
Média MrgN.	Amadora	Cascais	Lisboa (município)	Loures	Mafra	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
17.064	6.079	8.840	41.036	7.274	6.211	3.025	28.295	7.251	6.541
Média PSet.	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
4.506	6.806	3.254	2.532	1.926	3.862	11.472	2.791	2.326	8.512
Notas:	Valores < 5.000 €		Valores > 27.000 €						

Fonte: “NUTS Península de Setúbal: Caminho para o desenvolvimento”

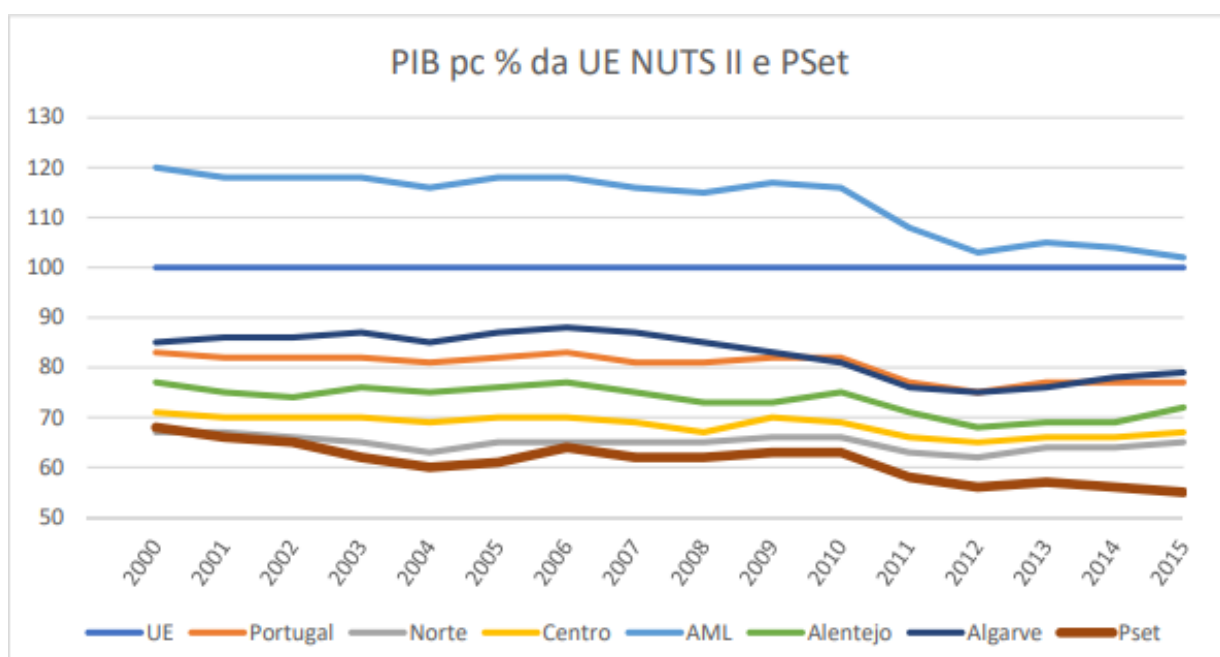
É possível concluir que a NUTS II da Grande Lisboa, não só apresenta enormes assimetrias a nível económico e de infraestruturas, como a sua estratégia de desenvolvimento regional tem sido incapaz de aumentar os níveis de convergência. Os dados indicam-nos que ocorreu a situação inversa. Nos últimos anos, as disparidades intrarregionais têm se acentuado e a península de Setúbal tem crescido a um ritmo inferior às restantes NUTS III da NUTS II da Grande Lisboa, deixando esta região cada vez mais afastada dos níveis de desenvolvimento da margem norte.

A NUTS II do Alentejo, na qual se encontram as concelhias do sul do distrito de Setúbal, apresenta um PIB per capita de 16.9mil€, o que representa um crescimento económico de 47% desde 2000. O Alentejo é uma das regiões com maior potencial de crescimento e aquela com o maior valor de financiamento europeu per capita. O fácil acesso ao POSEUR e FEDER foram decisivos para o desenvolvimento regional do Alentejo nos últimos anos.

Analisando a evolução do PIB per capita de cada NUTS II em percentagem da média europeia, é possível observar uma ligeira melhoria em todas as NUTS II, com exceção da Grande Lisboa, que sofreu uma enorme queda desde a viragem do século, passado de 120% para perto de 100% da média europeia, representando um processo de convergência inverso ao que se verificou nas restantes regiões.

A par com o decréscimo percentual do seu PIB per capita em relação á média europeia está a península de Setúbal (parte integrante da Grande Lisboa), que viu o seu PIB per capita passar de perto de 70% para 55% da média europeia. A região do Alentejo é a que melhor resultados apresentou neste indicador de comparação, ultrapassando recentemente a barreira dos 75% da média europeia, o que influenciará de forma negativa o quadro de dotação global dos fundos europeus para esta região no futuro.

Fig. 22 – PIB per capita da EU e NUTS II (%)



Fonte: “NUTS Península de Setúbal: Caminho para o desenvolvimento”

A integração da NUTS III da península de Setúbal na NUTS II do Alentejo faria reduzir significativamente o PIB per capita da nova região do Alentejo para um valor abaixo dos 75% da média europeia, e deste modo, é estimado que esta integração resultasse num aumento dos elevados valores de financiamento europeu per capita que a NUTS II do Alentejo tem obtido nos últimos anos. A península de Setúbal tem assim potencial para aumentar os escassos 31M€ apresentados de financiamento nos últimos anos.

No entanto, a península de Setúbal, com uma população de quase 800mil habitantes, apresenta uma população superior à da região do Alentejo e do Algarve, o que, do ponto de vista estatístico (e dado a grande disparidade económica que tem com as restantes zonas da Grande Lisboa), é suficiente para ser efetuada **uma proposta de criação de uma NUTS II autónoma para a península de Setúbal.**

Isto colocaria a península de Setúbal como a NUTS II mais pobre do país, o que, tendo ainda em conta a sua falta de convergência com o ritmo de crescimento económico nacional e europeu, e o valor muito reduzido de projetos cofinanciados nos últimos anos, seriam condições iniciais muito competitivas para um a obtenção de uma linha de acesso facilitava aos fundos estruturais europeus nos próximos anos.

Na proposta política da JSD Distrital de Setúbal não se coloca a possibilidade de desintegração da Área Metropolitana de Lisboa ou o abandono dos municípios da península de Setúbal da sua administração, sendo ela portanto, uma medida cujo foco incide apenas na organização geográfica do território por NUTS, para efeitos estatísticos, ou neste caso, para efeitos de atribuição de financiamento dos fundos europeus.

Para além do disposto, se atendermos aos critérios para a existência de uma NUTS II verificamos que qualquer uma das opções é válida e aceitável.

O Regulamento comunitário no 1059/2003 estabelece os critérios de classificação de atribuição da categorização NUTS e diz-nos que o limite mínimo de habitantes para a constituição de uma NUTS II são 800 mil habitantes e que a NUTS deve corresponder a uma unidade administrativa.

O Distrito de Setúbal tem, segundo dados de 2017, mais de 850 mil habitantes. Os distritos são, em Portugal, unidades administrativas. Assim os critérios parecem-nos cumpridos e a criação de uma NUTS II específica para a Região de Setúbal justificada.

Sendo mais complicada administrativamente a criação de uma NUTS II, pelas alterações que impõe ao nível estatístico e territorial, parece-nos também justificada a nossa proposta alternativa de inclusão da Região de Setúbal da NUTS II do Alentejo.

Referências

- Boletim Monitorização fundos europeus (2016-2017), Portugal 2020. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/MONITORIZACAO/Boletim%2031dezembro2018-Final.pdf>;
- Eurostat. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>;
- “NUTS Península de Setúbal: Caminho para o desenvolvimento”, Plataforma para o desenvolvimento da península de Setúbal. Disponível em: <http://aiset.pt/wp-content/uploads/2018/12/NUTS-PEN%E2%88%9A%C3%A7NSULA-DE-SET%E2%88%9A%C3%B6BAL-CAMINHO-PARA-O-DESENVOLVIMENTO.pdf>.
- “O impacto económico dos fundos europeus – municípios”, Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/78c38e40-c122-4048-a44a-63d2da645d9f/o-impacto-economico-dos-fundos-europeus>;
- Plano de Avaliação do PO CH – 2017, Portugal 2020. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/AVALIACAO/PLANOS%20PO/PLANOS%20Atualizados%202017/Plano%20de%20Avaliacao%20PO%20CH%20-%20Mar%C3%A7o%202017.pdf>;
- Plano de Avaliação do PO CI – 2017, Portugal 2020. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/AVALIACAO/PLANOS%20PO/PLANOS%20Atualizados%202017/Plano Aval COMPETE2020.pdf>;
- Plano de Avaliação do PO ISE – 2017, Portugal 2020. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/AVALIACAO/PLANOS%20PO/PLANOS%20Atualizados%202017/Plano Aval POISE.pdf>;
- Plano de Avaliação do PO SEUR – 2017, Portugal 2020. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/AVALIACAO/PLANOS%20PO/PLANOS%20Atualizados%202017/Plano Aval POSEUR.pdf>;
- Plano de Avaliação do POR Alentejo – 2017, Portugal 2020. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/AVALIACAO/PLANOS%20PO/PLANOS%20Atualizados%202017/Plano Aval ALENTEJO.pdf>;
- Plano de Avaliação do POR Lisboa – 2017, Portugal 2020. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/AVALIACAO/PLANOS%20PO/PLANOS%20Atualizados%202017/Plano Aval LISBOA.pdf>;
- Relatório Anual fundos europeus (2016-2017), Portugal 2020. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/MONITORIZACAO/Relatorio%20anual%20dos%20Fundos%202016%202017.pdf>;

Glossário

AML – Área Metropolitana de Lisboa

EDL – Estratégias de Desenvolvimento Local

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDCT – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PO – Programa Operacional

PO CH – Programa Operacional Capital Humano

PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Ficha Técnica

Presidente da Comissão Política Distrital de Setúbal

Tiago Sousa Santos

Coordenador do Gabinete de Estudos Distrital

Tiago Borges

Membros do Gabinete de Estudos que redigiram o documento

Carina Ramos Ferreira

Filipe Corrêa Figueira

Francisco Ouro

Iuri Santos

João Gamito

Miguel Vitorino de Moraes

